
ABDIAS DO NASCIMENTO E A LEI 10.639/03

Maria Nilza da Silva^()*

Ao pensar nos desafios enfrentados para implementar efetivamente a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, modificada pela Lei 10.639/03, 10 anos após de sancionada, devemos recordar aqueles que, ao longo do século XX, lutaram para que a cultura e os estudos afro-brasileiros e africanos fossem considerados e reconhecidos como conteúdo obrigatório na educação no Brasil. Afinal, trata-se da cultura e da história do povo brasileiro e da sua origem africana.

Ao mencionar a Lei sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, lembramo-nos daqueles que dedicaram suas vidas à luta pelo reconhecimento na contribuição que deram os oriundos do continente africano e seus descendentes para a formação da nação brasileira. É com esse propósito que este trabalho destaca a contribuição ímpar de Abdias do Nascimento.

Na avaliação das contribuições dos intelectuais negros para o pensamento social brasileiro e para a cultura e história nacionais, é necessário antes falarmos do descaso das universidades pelos conteúdos referentes à população negra e pelas preciosas contribuições dos intelectuais, não obstante a tão propalada liberdade de pensamento e democracia racial.

Referindo-nos a Abdias do Nascimento e ao seu contributo cabe-nos reconhecer a sua luta para inserir os conteúdos referentes à população negra e africana na educação brasileira e seu empenho para vencer a resistência para a efetiva implementação da lei 10.639/09. Consideramos a luta empreendida por Abdias semelhante à atual cuja finalidade é a efetiva inserção dos conteúdos previstos pela Lei. É importante considerar que o não reconhecimento de um dos mais importantes intelectuais brasileiros traduz bem os desafios enfrentados na atualidade para a valorização da cultura e história afro-brasileira e africana.

Nos últimos dez anos, poucos afirmam a existência da democracia racial em nosso país. Contudo, o reconhecimento da existência do racismo pela maioria da população brasileira não se traduziu na efetiva melhoria das condições de vida dos negros, em especial, no que se refere à violência que atinge majoritariamente os jovens, produzindo um impacto negativo na expectativa de vida da população negra ao ser comparada a de outros segmentos da sociedade brasileira.

^(*) Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

A luta pela implementação dos conteúdos relacionados à população afro-brasileira e a sua origem africana passa pelo compromisso do Estado brasileiro que, embora tenha sancionado a Lei sobre essa matéria, não deu condições efetivas para a sua implementação. Essa questão faz lembrar a não tão longínqua Abolição. Aboliu-se a escravatura, por pressões internacionais, mas, impôs-se ao negro um destino de privações e de não-cidadania que lhe impacta ainda hoje a vida.

Nessa perspectiva, como pensar na efetivação da Lei 10.639/03, sem que haja uma transformação da estrutura educacional brasileira? São milhares os profissionais formados a cada ano nas universidades e faculdades públicas e privadas no Brasil, sem terem ouvido falar ou sem terem estudado os conteúdos previstos na Lei. Mais grave ainda, são os inúmeros professores dos cursos de licenciatura que são formados anualmente sem terem estudado a história e cultura afro-brasileira e africana.

E, como lutar contra o preconceito, a discriminação racial e o racismo, se priorizamos, nos currículos das universidades brasileiras, os estudos europeus, como os referentes ao Brasil colônia? Só contando com os esforços e dedicação, muitas vezes, individuais de professores que se mantêm em luta diária para superar as resistências e implementar o conteúdo previsto pela Lei e, por isso, não raro são isolados. Contudo, isto não é suficiente. É necessário que o Estado brasileiro assuma o seu compromisso e se empenhe em fazer valer a lei que sancionou, mas não a faz cumprir.

O combate ao racismo fica profundamente comprometido sem a efetiva inserção dos estudos afro-brasileiros e africanos. Como combater estigmas arraigados na mentalidade brasileira sem uma educação de qualidade e que respeite a história do povo brasileiro? Abdias do Nascimento lutou toda a sua vida, tanto no Brasil quanto no exterior e, em diferentes continentes, expôs as mazelas do racismo brasileiro. Ele apelou para a necessidade da união daqueles que têm origem no continente africano, para a superação de tanta dor sentida com muita humilhação por aqueles que trazem na pele as marcas do continente africano subsaariano. Abdias, foi um dos maiores expoentes do pan-africanismo.

ABDIAS – ANTES E DEPOIS DA LEI 10.639/03

Abdias foi uma personalidade negra pouco conhecida nos meios universitários brasileiros. Ele e outros estão praticamente ausentes dos estudos e das referências bibliográficas, não porque não tenham produzido conhecimento mas por causa da histórica marginalização do negro no conservador meio universitário.

Refletir sobre a vida de Abdias é mais um desafio, visto que, no processo da formação universitária, buscam-se aqueles a quem a universidade reconhece como canônicos e que são aceitos pela academia, geralmente, os descendentes ou os próprios europeus. Para Nei Lopes, Abdias foi o primeiro negro que realmente expôs, no exterior, uma imagem “sem retoques” da realidade da população negra do Brasil¹.

DE FRANCA PARA O MUNDO

Abdias nasceu em Franca, estado de São Paulo, no dia 14 de março de 1914. Filho de sapateiro, neto natural de português, pois o seu pai não era considerado filho legítimo do imigrante. A mãe, além de trabalhar como cozinheira, doceira e costureira, também era contratada como ama-de-leite e era uma profunda conhecedora das ervas, sendo por isso muito procurada pelos vizinhos para a cura de determinadas enfermidades.

A genialidade de Abdias se revelou nas inúmeras atividades realizadas e nas funções exercidas: foi professor, economista, artista plástico, dramaturgo, escritor, poeta, intelectual, deputado federal e senador. Para exemplificar as suas potencialidades e a sua personalidade ímpar, vale lembrar um fato ocorrido na sua adolescência no início do século XX, quando as fazendas estavam repletas de imigrantes pobres europeus que vieram ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café. Naquele contexto, os negros não tinham lugar na nova sociedade que pretendia progredir e acompanhar o movimento internacional de desenvolvimento capitalista. O negro era considerado pelos políticos, engenheiros e médicos um verdadeiro problema social. A preocupação da elite brasileira era eliminar o negro do cenário nacional.

É nesse contexto que Abdias, ainda adolescente, foi contratado por fazendeiros, ao menos verbalmente, para dar aulas aos colonos e aos filhos destes. Após o acerto sobre a atividade a ser desenvolvida, os responsáveis pela fazenda combinaram que iriam até a cidade, onde Abdias morava, para levá-lo até a fazenda onde ele exerceria algumas atividades entre as quais a de professor. Ele e sua família, muito pobres, ficaram exultantes com o emprego. Segue o depoimento de Abdias:

De fato, eles chegaram até Franca, conforme o combinado, com um caminhãozinho da fazenda. Fizeram todas as compras necessárias: rações, produtos de limpeza, ferramentas e uns caixotes cheios de galinhas. Depois que entulharam a carroceria do caminhão com aquela parafernália toda é que foram me pegar; e queriam que eu subisse na carroceria para viajar no meio daquela bagunça, entre galinhas, rações e

¹ SEMOG, Ele; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

não sei mais o quê, como se eu fosse mais um peão de fazenda, que vai assim jogado, já sabendo do seu destino. Ah! Mas comigo não, senhor! Aquilo me indignou de tal maneira que eu peguei a minha maletinha pobre lá de cima da carroceria e falei em bom tom, consciente, como se fosse gente grande com muita experiência de vida: ‘Escutem aqui, vocês avisem lá que eu não vou para esta porcaria de emprego’. Não se tratava apenas do trabalho de guarda-livros, pois o acordo feito foi de que eu seria também escriturário e professor dos filhos dos colonos, e inclusive dos próprios colonos. Como é que eu ia chegar lá na fazenda, para exercer uma atividade dessa, no meio de um monte de galináceos? Eles queriam é que eu chegasse envergonhado, humilhado... Não, eu não fui, não. Nem naquele dia, nem nunca mais...²

Esse depoimento mostra, desde cedo, a personalidade deste homem num contexto extremamente adverso. Esse fato mostra a sua postura coerente diante da racista sociedade brasileira, coerência que o acompanhou durante toda a vida. Provavelmente, este foi o início da sua efetiva contribuição ao pensamento social brasileiro.

AS MÚLTIPLAS FRENTES DE ATUAÇÃO

As possibilidades e as oportunidades que surgiram ou foram criadas para valorizar a história e cultura afro-brasileiras e africanas. Abdias foi membro da *Frente Negra Brasileira*, que surgiu em São Paulo na década de 30 do século passado e se expandiu para grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Salvador. A Frente tornou-se partido político, mas foi destituída pelo Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945), como os outros partidos. Na Frente, Abdias tinha como responsabilidade contribuir no combate à discriminação racial. Foi a partir dessa participação que ele começou a sentir e entender o orgulho coletivo do ser negro, pois no âmbito individual, a sua família, mesmo muito pobre, havia lhe transmitido esse valor.

Os congressos também foram não só importantes instrumentos para a tomada de consciência sobre a situação do negro mas também espaço de luta contra o racismo. Em 1938 ele realiza o *Congresso Afro-Campineiro* em Campinas cujo objetivo era “combater o ostensivo racismo e separatismo tradicional dessa cidade, e avaliar a situação global do negro no país”³. Relata Nascimento:

Seis negros jovens, nas idades entre 18 a 25 anos, reuniram-se em 1938 e organizaram, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, o Congresso Afro-

² Idem, p. 56.

³ SEMOG e NASCIMENTO. Abdias Nascimento. Rio de Janeiro:Pallas, 2006. p. 90.

Campineiro. Os moços daquele tempo eram Aguinaldo Camargo, Geraldo Campos, Agur Sampaio, José Alberto Ferreira, o tipógrafo Jerônimo e Abdias do Nascimento. Numa sessão privada, sem a presença da assistência do congresso, sob intensa emoção, o grupo dos seis jurou um dia retornar à África e contribuir como pudesse à libertação do território africano e dos irmãos de África da opressão colonial. Com o passar dos anos as circunstâncias da vida separou o grupo, dispersando-os pela geografia do país. Entretanto, os vaivéns da sorte permitiu que um deles pudesse cumprir o juramento: este que vos fala. Pela primeira vez caminho pelo chão pisado pelos meus ancestrais, a livre terra africana de Tanzânia. E por felicidade minha, isto está acontecendo num momento excepcional, quando algo realmente maravilhoso está sucedendo aqui. Sucessos relacionados com os profetas.⁴

Em novembro de 1945 foi realizada em São Paulo a primeira *Convenção Nacional do Negro* que, segundo expõem Semog e Nascimento, teve o seguinte objetivo:

discutir as questões de natureza social, política e cultural do negro, com vistas à apresentação de propostas para a Constituinte que se instalou naquele ano. Resultou dessas convenções o *Manifesto à Nação Brasileira*, com uma série de propostas dentre as quais se destacavam a admissão de gente negra para a educação secundária e superior e formulação de uma lei antidiscriminatória [...] Um ano depois, na Constituinte de 1946, o senador Hamilton Nogueira, tomando por o *Manifesto à Nação Brasileira*, encaminhou projeto à Constituinte, criminalizando a discriminação racial, que, se aprovado, integraria o texto constitucional de 1946. A proposta do senador Hamilton Nogueira foi detonada, de forma veemente, pelo único representante negro na Assembleia Constituinte, o deputado federal pelo Partido Comunista, Claudino José da Silva. Este, sob a orientação do Partido, afirmou que uma proposta contra o racismo restringiria o sentido mais amplo da democracia; e recebeu, evidentemente, apoio diversos dos demais parlamentares⁵.

Entre 9 e 13 de maio de 1949 realizou-se a *Conferência Nacional do Negro*, cujo objetivo era a preparação para 1º Congresso do Negro Brasileiro, coordenada por Edson Carneiro, Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento⁶. Outros congressos foram por ele organizados e ele fez questão de participar de eventos, sempre com os mesmos objetivos, em diferentes regiões do mundo.

⁴ O quilombismo. p. 77.

⁵ Idem, p. 150.

⁶ Idem, p. 151.

O ponto alto foi o 1º Congresso do Negro Brasileiro que teve repercussão internacional. Sobre ele e o jornal *O Quilombo*, o *Diário de Luanda*, publicou, em 25 de junho de 1950, extensa matéria, destacando a posição do jornal que trazia os objetivos da luta antirracista:

Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do Brasil, inclusive nos estabelecimentos militares; combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a constituição; e, ainda, pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor nos códigos, tal como se fez em alguns Estados da Norte-América e na Constituição Cubana de 1940⁷.

Percebe-se que, a partir do TEN, Abdias iniciou várias frentes, como o Comitê Democrático Afro-brasileiro, a publicação do jornal *O Quilombo*, a organização e a realização de vários congressos e convenções, no Rio e em São Paulo, sobre o negro entre outras atividades.

O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

Desde cedo Abdias apreciava o teatro, pois gostava das peças a que assistia na escola, mas visto jamais ter sido convidado para atuar, como as demais crianças brancas, ele ao chegar em casa, após a aula, brincava com seu irmão como se estivesse fazendo teatro.

O *Teatro Experimental do Negro*, fundado em 13 de outubro de 1944, foi importantíssimo para a dramaturgia brasileira. Surgiu quando Abdias, ao assistir a peça *O Imperador Jones*, no Peru, cujo ator principal era um branco pintado de negro percebeu que o teatro era mais um instrumento para excluir o negro. Notou, então, o quanto o racismo era forte ao ponto de não aceitarem que um ator negro pudesse representar o papel principal da peça. A partir daí ele cria o TEN que além da missão de superar o problema da ausência do negro no teatro, desempenhou o papel de espaço educacional com vistas a alfabetizar negros para que pudessem representar, alguns dos quais são muito conhecidos, como Grande Otelo, Ruth de Souza, Lea Garcia, entre outros. O TEN, nos distantes anos 40, já oferecia, além dos cursos de alfabetização, cursos sobre a história da África e outros relacionados à temática, no salão da UNE no Rio de Janeiro⁸.

⁷ Pires Laranjeira (org.) *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Braga, Ângelus Novus, 2000, p. 117 e 118.

⁸ Idem, p. 141.

A alteração realizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em janeiro de 2003, determinando como obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, não teve muito sucesso, pois o governo alterou lei, mas não definiu políticas para a sua consolidação.

A PARTICIPAÇÃO DE GUERREIRO RAMOS

Guerreiro Ramos criou, no TEN, o Instituto do Negro. Suas ações “visaram aplicar sua proposta de uma pedagogia de cidadania destinada a preparar os negros para a ascensão social”⁹. Com o apoio de Guerreiro Ramos, Abdias promoveu o concurso do Cristo Negro, que se constituiu um escândalo para sociedade da época, embora acreditamos que hoje também não seria diferente, em virtude da prevalência da imagem europeia como detentora do belo, do correto, do justo e do santo. Mas o concurso recebeu o precioso apoio de Dom Hélder Câmara. O objetivo do TEN, conforme expõe Abdias, era:

O Teatro Experimental do Negro sempre foi uma escola. Não era um experimento para ver se o sujeito tinha vocação para ator; nós queríamos era mexer com a concepção de teatro, de dramaturgia. Porque o negro não comparecia na dramaturgia brasileira, a não ser naqueles papéis clássicos de pitoresco e de balançar o traseiro. A experiência a que me refiro está nesse sentido: não somente numa procura de formas afro-brasileiras de expressão teatral, como também de uma dramaturgia nossa¹⁰.

O Teatro procurou aliar teoria e prática, trabalhando com a dimensão cultural e política. Primeiro, resgatando os valores do negro que, como povo, foi humilhado e expropriado do seu orgulho. Para Abdias, o negro não precisava de padrinhos ou de paternalismos, precisa sim encontrar-se consigo mesmo, ter orgulho de sua origem, de seu nome, de sua religião, de sua cultura. É a partir daí que ele estaria preparado para seguir o próprio caminho. Abdias lutou incansavelmente para que o negro pudesse resgatar a sua identidade sempre humilhada a fim de manter-se firme e corajoso na luta, sentir-se e exigir ser tratado como cidadão e como tal ser respeitado. O TEN promoveu os concursos de beleza como o *Concurso Rainha das Mulatas* e o *Boneca de Piche*, em 1947, cujo objetivo era mudar a imagem degradante relacionada às mulheres negras vistas apenas como objeto sexual¹¹.

A inferiorização do negro, como processo político institucionalizado e arraigado na sociedade brasileira, reduziu a uma situação desalentadora. Somente após o conhecimento, a

⁹ Nota 1, p. 152.

¹⁰ Idem, p. 142.

¹¹ Idem, p. 151.

valorização e a reabilitação da herança negra será possível uma mudança efetiva. Todavia, isso é algo que exigirá tempo e luta constante, pois o racismo está arraigado em todas as instituições brasileiras, sem exceção. O negro encontra enorme resistência para vencer as barreiras que lhe dão acesso ao ensino superior.

Durante a sua existência, o TEN foi questionado porque rompeu com aquilo que a sociedade estava acostumada a ver no teatro brasileiro: a humilhação do negro, tão presente nas personagens que o representam nos meios de comunicação. Abdias teve a sua peça teatral *Sortilégio* (mistério negro) censurada duas vezes e proibida¹².

Depois de anos alocado no espaço cedido pela União Nacional dos Estudantes - UNE, por empréstimo, o TEN teve de retirar-se, a pedido da UNE, ficando sem lugar para realizar as suas atividades, e passou um tempo ensaiando na rua até que Bibi Ferreira cedeu o sótão do Teatro Fênix para que os ensaios pudessem continuar¹³.

POSSIBILIDADES MÚLTIPLAS

Vários são os enfoques que se poderiam escolher para falar de Abdias do Nascimento, por exemplo, o estudo dos seus discursos, da sua obra de artista plástico, da sua importância para a dramaturgia brasileira, da sua militância no Pan-africanismo, da sua experiência cotidiana resistindo ao racismo, das inúmeras prisões quando resistiu às diferentes formas de discriminação. A luta de Abdias traduz-se na proposta de uma nova forma de sociedade, baseada no exemplo dos quilombos. Conta ele:

Com base nessa constatação histórica, lancei em 1980 a tese do quilombismo, buscando nas raízes da nossa experiência histórica um modelo para orientar a nossa atuação política. Trata-se de uma proposta não apenas para os povos afrodescendentes na diáspora como para a Nação Brasileira. O quilombismo almeja a construção de um Estado voltado para a convivência igualitária de todos os componentes da população, preservando-se e respeitando-se a pluralidade de identidades e matrizes culturais. A construção da verdadeira democracia, nos moldes do quilombismo, passa obrigatoriamente pela efetiva implantação de políticas compensatórias e de ação afirmativa para possibilitar a construção de uma cidadania plena para todos os grupos discriminados. O quilombismo faz parte de uma tradição de pensamento largamente ignorado no Brasil e que urge conhecer: a do pan-africanismo, que tem o seu início

¹² Idem, p. 147.

¹³ Mais informações sobre o TEN consulte: <<http://www.ipeafro.org.br/home/br/acoes/32/43/acervo-ipeafro-ten/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2013.

nos primórdios da luta quilombola e que inaugurou o século vinte com uma articulação teórica e política profundamente vinculada à meta de libertar a África do jugo colonial¹⁴.

Mas qualquer momento e qualquer tipo de atividade ou de expressão de Abdias mostram a luta pela libertação e pelo reconhecimento do africano e dos negros na diáspora, o que demonstra a profunda sintonia com os conteúdos previstos pela Lei 10.639/03.

Com referência Abdias do Nascimento, um diferencial o destaca, pois, além de realizar estudos sobre o mundo em que viveu, dedicando-se ao estudo do pensamento africano, da diáspora e dos racismos contemporâneos, ele vivenciou o racismo em seu cotidiano, coisa que os pesquisadores de outros grupos étnico-raciais não puderam experienciar. Vale lembrar o depoimento de Florestan Fernandes, segundo o qual, se havia algo que o pudesse distinguir de Abdias, talvez fosse neste aspecto. Diz Florestan:

Estamos no mesmo barco e dando o mesmo combate – não de hoje, mas há anos. Persistimos por uma questão de caráter e de formação política. E se algo nos separa, é o vulto de sua contribuição, comparada a minha. Eu fui acusado de identificação moral e psicológica com o negro. Ele é negro militante que não pode ser acusado por ninguém, e, por ventura, o que não desistiu depois que todas as bandeiras arriaram. Portanto, o que nos distingue é a qualidade de sua contribuição e o valor de sua atividade¹⁵.

A trajetória de Abdias foi marcada pela luta constante contra o racismo em inúmeras e diferentes iniciativas criando estratégias para combater o processo de humilhação e de marginalização a que o negro foi submetido apenas por causa da sua cor. O resgate da dignidade humana do negro esteve presente em cada estratégia e em cada iniciativa durante toda a sua vida.

SOBRE A LEI 10.639/03 E A UNIVERSIDADE

Abdias denuncia a universidade que se empenhou “na tarefa de apagar, esquecer e ocultar a História e a produção intelectual dos povos africanos. O pensamento africano não faz parte da cultura universitária de nosso País, porque no seu conceito a África não figura como lugar de produção do conhecimento. Trata-se, talvez, do maior embuste perpetrado pelo eurocentrismo¹⁶”.

14 <<http://www.abdias.com.br/biografia/ufba.htm>>. Acesso em: 18 de novembro de 2013.

15 FERNADES, Florestan. Prefácio. NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 19.

16 <<http://www.abdias.com.br/biografia/ufba.htm>>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

Evocar o tráfico, lembrar constantemente a escravidão, deve constituir para os brasileiros uma obrigação permanente e diária, sem que isto represente nenhuma forma de autoflagelação patológica e muito menos o extravazamento de um pieguismo lacrimogênio. Esta hipótese está muito distante da minha proposição. O que quero dizer é que o tráfico e escravidão formam parte inalienável do ser total dos afro-brasileiros. Erradica-los da nossa bagagem espiritual e histórica é o mesmo que amputar o nosso potencial de luta libertária, desprezando o sacrifício dos nossos antepassados para que a raça sobrevivesse. Escravidão que dizer raça negra, legado de amor da raça negra. Nesta força básica de identidade racial é que o negro deve-se unir com o negro, e não apenas ao apelo de interesses mesquinhos ou de sentimentos destituídos de valor¹⁷.

Referindo-nos à Lei 10.639/03 constata-se que Abdias foi visionário quando afirmou:

Vimos rapidamente alguns poucos exemplos heroicos até hoje não suficientemente ensinados em nossas escolas, nem convenientemente inscritos em toda sua significação e importância na História do Brasil: a República dos Palmares, a Revolta dos Alfaiates, a Balaiada, as revoltas malês, o Quilombo de Campo Grande, a figura de um Isidoro, o mártir, do Preto Cosme, do Preto Pio, de Manuel Congo, de João Cândido, de Carocango, de Luísa Mahin... O martírio, o heroísmo, o esforço ilimitado desses lutadores e de centenas de milhares de outros que os seguiram resultou de fato na proscrição não legalizada da escravidão; constituíram as expressões incontestáveis da recusa dos africanos em se submeter à desumanização e à humilhação do regime escravocrata. O sangue que derramaram resgatou sempre a dignidade e o orgulho da raça africana¹⁸.

Os pesquisadores negros e outros incomodam e muito, pelo desconforto que causam com seus estudos, ao mostrar a situação da população afro-brasileira, na universidade e, sobretudo, na academia brasileira que foi questionada por Abdias em seu discurso ao receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Bahia no ano 2000:

Recebo um título de doutor da mesma academia que há décadas venho questionando e contestando por sua postura de marginalizar, humilhar, desprezar e discriminar o povo afrodescendente. Pois reitero: continuo questionando e contestando a academia brasileira. Sei que a postura dessa academia não mudou de forma significativa, pois o negro continua marginalizado e discriminado na estrutura da educação deste país desde o ensino básico e sobretudo no superior. Minha presença aqui representa o

17 O quilombismo. p. 87.

18 Idem, p. 64.

desejo da coletividade afro-brasileira de que esta universidade, a mais antiga do Brasil, dê o exemplo de forjar um caminho de verdadeira inclusão do povo de ascendência africana na nossa academia. Não estou falando apenas da admissão de alunos negros, embora este seja um aspecto necessário em todo o país. Falo sobretudo do que eles e os outros alunos vão aprender. O conhecimento formal e científico sempre discorreu sobre nós, retratando os povos africanos e seus descendentes como escravos natos, objetos de pesquisa científica, ratos de laboratório. Aqui mesmo na Faculdade de Medicina desta universidade, sob a égide de Nina Rodrigues, papa das teses lombrosianas no Brasil, mediu-se nossos crânios para calcular o índice cefálico; dimensionou-se a largura da nossa narina como prova cabal de nosso suposto estado patológico congênito; negou-se a nossa arte enquanto produção criativa taxando-a da representação deformada de uma mentalidade primitiva e doentia. [...] É preciso virar esse conhecimento eurocentrista de cabeça para baixo, sacudi-lo até remover o lixo e construir no vazio uma nova epistemologia. Incorporar-lhe a experiência e o saber dos povos afrodescendentes em suas várias dimensões, vistos da sua ótica e expressos na sua própria voz, possibilitando a reconstrução da civilização e da soberania dos nossos antepassados no Continente e o redimensionamento das culturas e histórias de luta forjadas por nós, seus descendentes, na diáspora. Para isso, não adianta fingir “esquecer” o legado racista ou fazer de conta que ele perdeu sua influência. É preciso examiná-lo, identificá-lo nas suas novas sutilezas, e sobretudo desvelá-lo no silêncio que reforça a exclusão discriminatória. [...] Silêncio ensurdecido quando se trata do racismo na sala de aula e no currículo das nossas escolas. A mesma ciência que criou esse legado racista empenhou-se na tarefa de apagar, esquecer e ocultar a História e a produção intelectual dos povos africanos. O pensamento africano não faz parte da cultura universitária de nosso País, porque no seu conceito a África não figura como lugar de produção do conhecimento. Trata-se, talvez, do maior embuste perpetrado pelo eurocentrismo¹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje é grande a dificuldade de fazer valer a Lei 10.639/03, parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Muitos a consideram uma Lei do movimento negro, dos intelectuais negros, uma lei imposta, quando, na realidade, a alteração da LDB foi fruto de uma longa, sofrida e dolorosa história da população negra no Brasil, como mostra a trajetória de Abdias e tantos outros.

¹⁹ Trecho do discurso proferido por Abdias do Nascimento na Universidade Federal da Bahia ao receber o título de Doutor Honoris Causa em . Publicado no site: <<http://www.abdias.com.br/biografia/biografia.htm>>. Acesso em: 19 de novembro de 2013.

O povo de origem africana, que em muitos países foi e é objeto de exploração e em muitos casos, tenta-se invisibilizá-lo, dificultando-se o estudo de sua história, explorando-se o seu trabalho ou estabelecendo-se políticas públicas que o deixam cada vez mais distante do pleno exercício da cidadania.

A vida de Abdias deve continuar inspirando a todos aqueles que acreditam numa sociedade mais justa e fraterna para todos, sem o domínio de uns poucos sobre a maioria.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/OR Editora, 2002.

_____. *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

SEMOG, Ele; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LARANJEIRA, Pires (org.) *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Braga, Ângelus Novus, 2000.

FERNADES, Florestan. Prefácio. In. NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

Recebido em: 25/11/2013

Aceito em: 25/11/2013